

# Moreira diz que Constituinte é o reflexo da vontade geral

**Ancelmo Gois**

LISBOA — “O fortalecimento da democracia brasileira é a primeira prioridade de todos nós”. A declaração é do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que falou na abertura do painel sobre pacto social, no I Encontro Empresarial Brasil-Portugal, promovido pelo JORNAL DO BRASIL. “É preciso afastar de uma vez por todas com o fantasma da intervenção militar, que ronda a vida política brasileira nos últimos 50 anos”.

Para Craver estabilidade política no Brasil, de acordo com o governador a Constituinte precisa ser prestigiada. “A nova Carta tem defeitos, todos sabemos. Mas ela é, independente de a gente gastar ou não, a cara do Brasil. Um caso típico é

a existência de um nacionalismo um tanto exarcebado. Mas ela tem virtudes, que não podem deixar de ser exaltadas.

Moreira Franco diz que a Constituinte, como resultante democrática, talvez pela primeira na História do país, “reflete a vontade geral, derivada da formação de consensos parciais e não da visão particular de um grupo hegemônico”. Para ele, o desafio consiste, precisamente, em demonstrar que “esta vontade geral, que impede a tiria, e seja de maiores ocasionais, seja de minorias com poder irrestrito de veto, é a base da legitimidade e da continuidade das regras constitucionais”.

Estabelecidas as regras para o processo democrático, as diferenças de visão, ainda segundo Moreira Franco, “poderão ser expressas no processo eleitoral e na

afirmação das identidades partidárias”. “A democratização brasileira envolve, assim, um árduo aprendizado do acordo na divergência, do contrato entre adversários, que garantam a normalidade institucional e permitam a solução dos conflitos, com legitimidade, ser o risco de dissolução da ordem”.

No mesmo painel, o líder sindical Luís Antônio Medeiros disse que “não há pacto social se não houver autonomia de parceiros — quer dizer se nós dependermos do governo”. Foi interrompido com palmas e empolgou-se:

— A burguesia brasileira tem medo de perder as benesses do Estado. Pois se até Gorbachev disse que é preciso? haver competitividade, como nós vamos negar o crescimento do mercado. Capitalistas brasileiros, capitalistas portugueses, cresçam! Têm todo nosso apoio.

## Serra pede a empresário respeito à nova Carta

**Miriam Leitão**

LISBOA — O deputado José Serra (PMDB-SP) exortou os empresários e políticos brasileiros que participam do Encontro Empresarial Brasil-Portugal a respeitarem a Constituição, mesmo que ela contenha vários defeitos, mirando-se no exemplo português. Serra lembrou aos brasileiros que a Constituição portuguesa, escrita no período de maior radicalismo político do país, acabou contendo diversas distorções. “Ainda assim”, acrescentou, Portugal conseguiu consolidar a democracia, avançar rumo à modernização e construir um quadro econômico auspicioso. Agora, parte para a mudança da Constituição”.

A análise feita pelo deputado brasileiro do processo político português serviu com perfeição para o momento brasileiro. “Uma Constituição se faz na convicção de que ela é um documento para sempre, mesmo que ela venha a ser mudada depois”, lembrou Serra. O mais importante no entanto é respeitá-la, e com ela construir uma estabilidade democrática”.

Serra fez inúmeras críticas às decisões tomadas na Constituinte brasileira e debitou outros problemas na conta do Executivo, que tem mantido com o Legislativo brasileiro uma relação de antagonismo que está impedindo o fornecimento de informações fundamentais para o aperfeiçoamento do processo constitucio-

nal. Na área econômica e fiscal, por exemplo, o Executivo sonega à Constituinte informações fundamentais a que só o Executivo tem acesso.

**Defeito e virtude** — Isolado do Executivo, a Constituinte tem sido responsável também por um erro que dá origem a outros erros: o de achar que a Constituição deve decidir o final da partida e não as regras em que os times disputam o jogo. “No Brasil, a Constituinte não está se limitando a fixar as normas do jogo, quer decidir o final da partida, que na verdade tem que ser o resultado normal da luta entre os grupos sociais”.

Ao lado, no entanto, desse reconhecido defeito, o processo constitucional brasileiro tem feito progressos em várias áreas, garantiu José Serra. Entre esses avanços, ele cita, por exemplo, a extinção do decreto-lei, que foi feita de forma competente, já que não deixou o Executivo desarmado, criando as medidas provisórias. Outro exemplo de competência da atual Constituinte são os avanços na área fiscal e de transparência do orçamento. “É preciso que a sociedade esteja informada da utilização da receita pública” disse Serra, e deu um exemplo: “No ano passado a agricultura teve subsídios de quatro bilhões de dólares no Brasil.” Mais importante que criticar ou defender esses gastos é saber se a sociedade quer fazê-los.

**Otimismo** — Na mesma linha de defesa da Constituinte falou o governa-

dor Tasso Jereissatti, do Ceará. “As críticas que se lêem e ouvem à Constituinte devem ser entendidas como naturais do processo de transição política, que não é algo perfeito e acabado”, disse o governador. Ele disse que vê com otimismo o trabalho da Constituinte, “desagudado natural das reivindicações da sociedade brasileira”. A Constituinte tem, na opinião de Tasso Jereissatti, “defeitos, virtudes e riquezas”, mas é sobretudo um reflexo da “pluralidade de aspirações e desejos” do país.

Durante todo o dia, 120 empresários brasileiros e mais de 100 empresários portugueses ouviram em cinco painéis diferentes discussões sobre questões relevantes nos dois países, como a privatização. O pacto de “concertação binacional” de Portugal, o sindicalismo, participação do parlamento na reconstrução democrática dos dois países, papel dos meios de comunicação. Além de dois governadores e do deputado José Serra, falaram o presidente do Banco Internacional de Crédito, Augusto Athaide, os empresários brasileiros Eduardo Rocha Azevedo, Enrico Misasi, Sérgio Quintela e Hélio Beltrão e os sindicalistas Luís Antônio de Medeiros, Antônio Rogério Magri e Agostinho Roseta e Crespo de Carvalho (portugueses).

**Na página 19, mais notícias sobre o encontro Brasil-Portugal.**

## Sarney ganha 2 votos para 5 anos e libera recursos para Recife

RECIFE — Três dias depois de ter conquistado mais dois votos, na bancada federal do PMDB de Pernambuco, para o mandato de cinco anos — os dos deputados Fernando Bezerra Coelho e José Carlos Vasconcelos —, o presidente José Sarney mandou liberar uma das verbas mais esperadas pelo governador Miguel Arraes e pelo prefeito Jarbas Vasconcelos: CZ\$ 6 bilhões do Projeto Recife, financiado pelo Banco Mundial e pelo governo brasileiro.

O projeto, já aprovado em todas as áreas governamentais, e com a alocação de recursos determinada antes das medidas de contenção do déficit público, estava com o ministro Prisco Viana desde dezembro. Houve muitas negociações, sem qualquer resultado. Anteontem, porém, quando estava em Brasília, mais uma vez em busca de recursos, Jarbas Vasconcelos foi informado, pelo próprio ministro, de que a verba estava à disposição.

“O ministro me tratou bem e demonstrava alegria”, disse Jarbas, ao chegar a Recife com um documento para ser assinado por Arraes e enviado imediatamente a Brasília.

Jarbas comentou com assessores que a liberação dos recursos só tem uma explicação: “O governo está certo dos cinco anos de mandato, e está agora querendo fazer as pazes para poder atravessar sem problemas os últimos meses de administração.”

## Institutos de pesquisa condenam restrição à divulgação de prévias

A Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme), que representa cerca de 30 empresas de pesquisa de opinião pública, divulgou nota em que manifesta “decepção e repúdio” com a inclusão no projeto de regulamentação da eleição municipal da proibição de se divulgar prévias eleitorais trinta dias antes do pleito. O projeto agora está em tramitação no Senado e deverá ser votado na próxima semana. A entidade considera a medida um cerceamento do direito à informação.

Nas eleições de 1986, o prazo para divulgação de pesquisas foi de 21 dias antes do pleito. No regime militar, o prazo era de 15 dias. Nos países democráticos, em geral, as pesquisas podem ser divulgadas até o encerramento da campanha eleitoral. Na França, elas são publicadas quatro dias antes da votação.

A nota da Abipeme lembra decisão da Constituinte, que “em votação recente” aboliu “toda e qualquer censura à informação e à expressão do pensamento”. A resolução, diz ainda a nota, “prejudica a todos os eleitores de um modo geral e aos pequenos partidos em particular, que ficarão sem o acesso a essa informação no momento da campanha em que ela é mais necessária”.

Segundo a entidade, a medida “lembra os piores tempos de todos os regimes antidemocráticos, só beneficia os que têm mais recursos” e sugere que a divulgação de prévias e pesquisas seja permitida enquanto o for a propaganda eleitoral. O projeto de lei aprovado estabelece no artigo 26 que “quaisquer prévias, pesquisas ou testes eleitorais somente poderão ser divulgados até o dia 14 de outubro de 1988”, isto é, 30 dias antes da realização das eleições.